



# Ranking de Notícias: Jurisprudência do STF em ação criminal foi destaque

08/09/2012

Como não poderia deixar de ser, o mensalão foi um dos destaques da semana. A questão sobre a jurisprudência em ações criminais foi assunto inclusive entre ministros do Supremo Tribunal Federal. Nesta quinta-feira (6/9), durante julgamento do processo, os ministros negaram que estejam flexibilizando o entendimento já firmado na corte. Clique [aqui](#) para ler.

## Adeus da Xerife

A ministra Eliana Calmon se despediu do cargo de titular da Corregedoria Nacional de Justiça, durante a sessão plenária do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nesta terça-feira (4/9), amargando uma série de pedidos de vista de casos em que era relatora. Com quase metade dos casos em pauta sob sua relatoria, a maioria tratava de processos administrativos contra magistrados. A ministra deixou o Conselho nesta quinta-feira (6/9). Clique [aqui](#) para ler.

## Busca Genérica

O Superior Tribunal de Justiça considerou ilegais as provas colhidas pela Polícia Federal em busca e apreensão feita no escritório Oliveira Neves durante a operação Monte Éden, em junho de 2005. O pedido de busca foi feito de forma genérica e os elementos encontrados foram usados para incriminar o advogado Newton José de Oliveira Neves, que não era alvo da investigação originária. Ele ficou preso durante sete meses. Clique [aqui](#) para ler.

## Especiais

Em entrevista à **ConJur**, o ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior afirmou que o novo Código Penal tem falhas conceituais graves e que seu conteúdo é uma obscenidade sem conserto. Segundo o professor da Faculdade de Direito da USP, faltou experiência à comissão tanto no manejo de termos técnicos e científicos quanto na elaboração de leis. Clique [aqui](#) para ler.

Rebatendo as críticas, o relator do novo Código Penal, procurador Luis Carlos dos Santos Gonçalves, escreveu artigo em defesa do anteprojeto. Apesar de reconhecer a existência de erros, afirmou que ele é descriminalizador e descarcerizador. Clique [aqui](#) para ler.

## AS MAIS LIDAS DA SEMANA

Medição do Google Analytics aponta que a **ConJur** recebeu 576,3 mil visitas e teve 836,5 mil visualizações de página na semana entre 31 de agosto e 6 de setembro. A segunda-feira (3/9) foi o dia com mais acessos, quando o portal recebeu 167,2 mil visitas. A reportagem mais lida, com 15,6 mil visitas, foi a entrevista do ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior, que falou sobre o novo Código Penal. Clique [aqui](#) para ler.

A segunda reportagem mais lida, com 6,7 mil acessos, fala sobre a decisão do STF que negou aos templos maçons imunidade tributária. Para o Supremo, a maçonaria não é uma religião e, portanto, não deve ter o benefício. Clique [aqui](#) para ler.

## AS 10 MAIS LIDAS

**"Novo Código Penal é obscenidade, não tem conserto"**

STF rejeita imunidade tributária para maçonaria

**Joaquim Barbosa quer propor nomes de futuros ministros**

**Ministro Asfor Rocha se aposenta e voltará a advogar**

**Em despedida do CNJ, Eliana Calmon não pune ninguém**

**Cármen Lúcia troca a 1ª pela 2ª Turma do Supremo**

**Dilma avalia lista com 12 candidatos para o Supremo**

**STJ anula provas colhidas em escritório de advogado**

**CNJ faz mutirão punitivo na despedida de Eliana Calmon**

**Ambev intimidou funcionário com garotas de programa**

**AS MANCHETES DA SEMANA**

Ministros do STF negam que estejam mudando jurisprudência  
Processos nos JEFs duram menos de dois anos, diz pesquisa  
Parlamentares querem mudar forma de escolha de ministros  
Lei do Piauí fixa piso de R\$ 1.200 para advogados  
Supremo condena dois ex-dirigentes do Banco Rural  
Lewandowski absolve dois executivos do Banco Rural  
STJ anula provas colhidas por PF em escritório de advogado  
Na Europa, quem não pode vivenciar fé tem direito a refúgio  
CNJ bloqueia mutirão punitivo na despedida de Eliana Calmon  
Pedidos de vista travam mutirão na despedida de Eliana Calmon  
Ex-dirigentes do Banco Rural contestam condenações  
Mãe brasileira garante a guarda de filhos noruegueses  
Lewandowski condena dois ex-dirigentes do Banco Rural  
Joaquim Barbosa condena dirigentes do Banco Rural  
Dirigentes do Rural são condenados por gestão fraudulenta  
Projeto de lei aumenta poder de acordos coletivos  
Advogados e juízes lamentam aposentadoria de Asfor Rocha  
"Novo Código Penal é obscenidade, não tem conserto"  
Jurisprudência sobre corrupção pode mudar com AP 470  
Réus do mensalão não terão penas mínimas, avaliam advogados  
Supremo analisa decisão que ignorou Lei da Ficha Limpa

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2012-set-08/ranking-noticias-jurisprudencia-stf-acao-criminal-foi-destaque/>